

Libertando-se das amarras da camisa-de-força

CRP-RJ participa da Luta Antimanicomial – páginas 10 e 11



*Usuário de saúde mental “liberta-se” da
camisa-de-força em performance teatral,
no Centro Cultural do Banco do Brasil,
durante o Dia da Luta Antimanicomial*

10ª Parada GLBT celebra diversidade e tolerância – página 3

APAF aprova novo Código de Ética sem quebra obrigatória
do sigilo profissional – página 4

Valor do repasse dos planos de saúde da Unidas continua
baixo – página 6

CRP-RJ sai do Conselho da Comunidade – página 8

Concursados das secretarias estadual e municipal de Saúde
aguardam posse – página 9

Professores questionam novas diretrizes curriculares para
cursos de Psicologia – página 15

Reinventando práticas

Todas as entidades que trabalham a partir da perspectiva dos Direitos Humanos têm aumentado suas preocupações, em vista da crescente banalização da violência que vem ocorrendo no Brasil e no mundo. Tornamo-nos cada vez mais conservadores e vários segmentos sociais aplaudem as agressões de policiais a pessoas já algemadas e presas, por exemplo. As violências “oficiais”, como a manutenção de campos de concentração de presos e a invasão e ocupação de países, são hipocritamente realizadas em nome da liberdade e dos di-

reitos humanos. A adoção de uma visão simplista, cruel e inócua que apóia a violência institucional para combater a violência tem sido cada vez mais a tônica das atuais manifestações sociais. O obscurantismo e o conservadorismo tomam espaço na mídia e nas nossas relações. O individualismo e o autoritarismo se manifestam em nosso cotidiano. Entretanto, apesar desse quadro mundial, a resistência e a afirmação de outras formas de existência se fazem presentes em várias lutas, movimentos e iniciativas singulares.

Reinvenções surgem nas manifestações de ruas, nas campanhas de solidariedade, em diferentes práticas sociais. Fortalecem-se novas formas de potencialização e de enfrentamento da violência. Para nós, psicólogos, é importante uma pergunta que não se esgota nem é eventual, mas necessária em sua atualização diária: nossa prática tem sido solidária, potencializadora e tem estado atenta às transformações, afirmando as diferenças? Se a violência atinge todos nós, entendemos que é fundamental pensar que, por mais crítico que sejamos dessa violência, também podemos estar reproduzindo-a e fortalecendo-a, já que se trata, dentre tantas outras, de uma produção de subjetividade.

Neste número do nosso jornal, vários textos afirmam essa resistência nas críticas sobre o sistema educacional brasileiro, na abordagem da questão da violência sexual a crianças e adolescentes, nas manifestações da luta antimanicomial e no movimento GLBT (paradas gay), entre outras.

É o poder da vida anunciando que é possível a produção de outras formas de cooperação e de efetiva aliança com o coletivo. Talvez, nós, psicólogos, cidadãos comprometidos com a vida e com as reinvenções, possamos nos lembrar de Mário Quintana que nos alerta, enquanto poeta e cidadão do mundo:

*“... mas eu escrevo é para o João e a Maria
Que quase sempre estão em situação crítica!
E por isso as minhas palavras são cotidianas
Como o pão nosso de cada dia
E a minha poesia é natural e simples
Como a água bebida na concha das mãos.”*

As cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

Expediente.

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP/RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280

Tel/Fax: (21) 2139-5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes - *Presidente* - CRP 05/980
Cecília Maria Bouças Coimbra - *Vice-presidente* - CRP 05/1780
Maria Christina Magalhães Orrico - *Secretária* - CRP 05/927
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - *Tesoureiro* - CRP 05/26077

Membros Efetivos:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697
Alexandre Bárbara Soares - CRP 05/27167
Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/465
Fabiana Castelo Valadares - CRP 05/28553
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo - CRP 05/2346
Maria Beatriz Sá Leitão - CRP- 05/3862
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Marília Alvares Lessa - CRP 05/1773
Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564

Membros Suplentes:

Ana Paola Frare - CRP 05/26474
Carla Silva Barbosa - CRP 05/29635
Cynthia Maria da Costa Losada - CRP 05/16800
Marcos Carlos Adissi - CRP 05/28455
Mônica Maria Raphael da Roza - CRP 05/22833
Nélio Zuccaro - CRP 05/1638
Paula Rebello Magalhães de Oliveira - CRP 05/23924
Queiti Batista Moreira Oliveira - CRP 05/29630
Rosa Maria Carvalho Reis - CRP 05/1567
Sílvia Helena Santos do Amaral - CRP 05/10287

Valéria da Hora Bessa - CRP 05/28117
Valéria Marques de Oliveira - CRP 05/12410
Walter Melo Júnior - CRP 05/19407

Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos
Alexandre Bárbara Soares
Ana Lucia de Lemos Furtado
Carla Silva Barbosa
Cecília Maria Bouças Coimbra
Maria Beatriz Sá Leitão

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTb 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Liza Albuquerque
Juliana Paixão (estagiária)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Ediouro Gráfica e Editora S/A

Tiragem

26.000 exemplares

Periodicidade

Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

800 mil pessoas presentes na 10ª Parada GLBT



Foto: Fábio Beralho

Com o intuito de dar visibilidade às questões das diferenças, da diversidade e da livre expressão sexual, ocorreram em várias cidades do país paradas para comemorar “O Dia do Orgulho Gay” que superaram todas as estimativas dos organizadores, atingindo públicos recordes.

A primeira delas foi em 29 de maio em São Paulo e, pelo segundo ano consecutivo, foi considerada a maior passeata gay do mundo. A do Rio de Janeiro ocorreu no dia 26 de junho em Copacabana, sendo a 10ª Parada GLBT da capital do Estado. A principal reivindicação foi voltada para o tema da união civil e direitos plenos e igualitários.

Outras paradas se realizaram em diferentes municípios do Rio. Em 18 de junho, aconteceu a II Parada da Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu. Em 19 de junho, foi a vez de Niterói inaugurar sua primeira parada com 30.000 pessoas.

O CRP-RJ esteve representado nos eventos de

Copacabana e Niterói por membros da Comissão Regional de Direitos Humanos. É importante lembrar que o Brasil continua sendo um país que desrespeita sistematicamente os direitos dos GLBT's. Violências homofóbicas são manifestadas através de agressões, intolerância, discriminação e preconceito, presentes no cotidiano de milhões de pessoas. Por outro lado, é preocupante a tendência conservadora existente no mundo. A crescente banalização da violência lamentavelmente tem encontrado eco em vários segmentos sociais, produzindo e naturalizando práticas excludentes e discriminatórias.

É fundamental que as práticas psicológicas afirmem a necessidade de erradicação da discriminação, através de intervenções que efetivamente contribuam para o bem-estar social, pelo respeito às diferenças e à diversidade. Vale, ainda, ressaltar que a 10ª Parada do Rio ocorreu no Dia Internacional de Luta contra a Tortura.



Novo Código de Ética não prevê quebra obrigatória de

Representantes dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovaram, durante a Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), o novo Código de Ética da categoria, sem os pretensos artigos que obrigariam os psicólogos a quebrar o sigilo profissional em determinados casos (vide artigo abaixo “Psicólogos têm novo código de ética”).

Além do Código de Ética, outras questões também foram discutidas durante o encontro, como a prestação de contas do CFP, o reajuste da banda para correção das anuidades de 2006, a fiscalização de clínicas conveniadas ao Detran e a moção de repúdio à corrupção.

Após exaustiva discussão, chegou-se a uma formulação consensual do novo Código de Ética. Alguns artigos provocaram polêmica, principalmente aqueles referentes ao sigilo pro-

fissional do psicólogo. Questionava-se se a redação dos artigos 9, 10, 11, 12 e 13 do Código de Ética legitimava a quebra obrigatória do sigilo profissional por parte dos psicólogos.

A atual formulação desses artigos prevê a possibilidade de quebra do sigilo profissional, porém não obriga o psicólogo a realizá-la. A escolha de violar ou não o sigilo mantém-se a cargo do próprio profissional. “Nunca houve uma sugestão séria no sentido de obrigar o psicólogo a quebrar o sigilo”, disse José Novaes, presidente do CRP-RJ.

Durante a APAF, discutiu-se também a proposta de fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelas clínicas conveniadas ao Detran. O termo *blitz* foi utilizado para descrever esse tipo de atuação dos Conselhos Regionais, mas foi questionado pelo CRP-RJ. “Não devemos enfatizar apenas o aspecto puramente fiscalizatório dessa ação, pois acreditamos que fiscalização e orientação tem de



estar sempre juntas”, disse Novaes.

A proposta de fiscalização das clínicas conveniadas ao Detran foi aprovada, mas ainda será decidido como isso será feito. É provável que os Conselhos Regionais realizem visitas surpresas a essas clínicas, o que deve começar ainda esse ano.

Durante a APAF, também foi realizada a pres-



Psicólogos têm novo Código de Ética

Em 21 e 22 de maio, os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) estiveram reunidos na Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras – APAF – onde se concluiu a discussão e aprovação do novo Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Nesta ocasião, debateu-se o tema do sigilo, que voltou a ser discutido após a APAF de dezembro de 2004, a qual recomendou aos regionais uma nova rodada de discussões sobre o assunto. Agora, uma comissão sistematizará o que foi aprovado e o Plenário do CFP homologará o novo código, que será divulgado, então, para a categoria.

O CRP-RJ esteve presente nesta Assembléia, levando uma posição acerca do sigilo profissi-

onal especificamente, e do novo código dos psicólogos, em geral. Esta posição havia sido apresentada em evento que realizamos em março: uma tese aí apresentada estabeleceu uma distinção entre Ética e Moral.

A primeira refere-se a princípios, é o campo da escolha, da decisão livre e autônoma, e não pode se submeter a códigos, mandamentos, leis ou ordenamentos obrigatórios. A segunda, a Moral, é o espaço do assujeitamento, da obediência, da imposição de regras e ditames do dever. Seria, portanto, uma impropriedade chamar um conjunto de princípios e normas de conduta profissional de Código de Ética; mais conveniente e apropriado seria Código de Moral ou Código de

Conduta Profissional.

O problema não está nos termos, no entanto; não basta mudar o nome do código para que tudo se resolva. Trata-se, antes de tudo, de como aplicar eticamente o novo código que rege a conduta profissional do psicólogo. Ao fazer isto, apontar para a responsabilidade do (da) profissional, quando decide, por exemplo, manter o sigilo ou, ao contrário, quebrá-lo, em determinada situação; em qualquer das opções possíveis o (a) psicólogo (a) deverá responder por seus atos, caso isto lhe seja demandado.

Uma orientação ética que defendemos, no CRP-RJ, é a reversão de uma lógica que parece ser hegemônica nas práticas de nossa categoria.

sigilo

tação de contas do CFP e a apresentação do reajuste da banda para correção das anuidades de 2006, ambos aprovados. O reajuste, de 8,07%, obriga os Conselhos Regionais a cobrar uma anuidade que esteja entre R\$212,97 e R\$ 317,74. “Cada Conselho tem autonomia para escolher o valor da anuidade a ser cobrado de seus psicólogos cadastrados. No caso do CRP-RJ, essa escolha será feita durante a Assembléia Orçamentária no final do ano”, disse Pedro Paulo Bicalho, tesoureiro do CRP-RJ.

Por unanimidade, os Conselhos Regionais também aprovaram durante a APAF uma moção de repúdio à corrupção. Essa ação tem o objetivo de convocar toda a categoria a se manifestar publicamente contra a corrupção, através do desenvolvimento de estudos, pesquisas, divulgação científica e intervenções que contribuam para o seu enfrentamento.

A lógica do controle, da fiscalização e da punição não deve ser privilegiada, em detrimento daquela de orientação. Esta condução, considerados, poderá prevenir e diminuir as faltas e falhas éticas, assim como permitirá um contato mais cordial e solidário dos conselhos com a categoria. Esclarecendo: não estamos pregando o abandono de nosso dever precípuo e legal de fiscalização do exercício profissional, mas lembrando que COE e COF significam, respectivamente, Comissão de **Orientação** e Ética e Comissão de **Orientação** e Fiscalização.

José Novaes

Conselheiro-Presidente do CRP-RJ

Comissão de Ética implementa projeto de pesquisa

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), através da sua Comissão Permanente de Ética, está realizando um levantamento de dados para implantar um trabalho de relacionamento contínuo entre o Conselho e a sociedade, tendo como foco o estudo das representações e processos éticos que tramitam ou já tramitaram na entidade.

O projeto, coordenado pelo conselheiro Nélío Zuccaro e pela psicóloga Eliana Vianna, está recolhendo, com a ajuda de psicólogos colaboradores, diversas informações acerca dos tipos de denúncias que são protocoladas no Conselho, e também quanto à qualificação dos denunciadores, gênero e idade dos psicólogos representados, o tempo de formado, a instituição formadora e a área de atuação.

O levantamento ainda recolhe dados sobre o desfecho das denúncias, se a representação se transformou, de fato, em um processo ético disciplinar, se a denúncia foi arquivada preliminarmente, se o processo foi a julgamento do plenário, se houve recursos posteriores, se o profissional representado foi apenado ou não, assim como que tipos de penalidades foram aplicadas pelas diferentes gestões que pas-

saram pelo CRP-RJ.

Segundo o conselheiro Nélío Zuccaro, um dos objetivos do projeto é desenvolver estudos interpretativos desses dados que, cruzados entre si, podem oferecer um perfil mínimo sobre as características profissionais, áreas de atuação e práticas que apresentam maior vulnerabilidade de sofrer uma denúncia ou representação por infração ética. Com base nessa pesquisa, a intenção é também realizar encontros permanentes de reflexão sobre o agir ético com diferentes públicos-alvo.

O projeto pretende organizar oficinas de trabalho para que os psicólogos possam discutir sobre o estudo e os conceitos éticos envolvidos nas diferentes práticas profissionais.

As oficinas estão previstas para o segundo semestre deste ano. A expectativa é atingir um grande número de profissionais e estudantes, coordenadores de cursos de Psicologia, professores de ética profissional, instituições e entidades de psicologia, organizações governamentais ou não governamentais que reúnam profissionais de psicologia e até mesmo conselhos profissionais de outras categorias, e entidades da sociedade civil.

I Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos

21 e 22 de outubro de 2005

O evento, aberto a psicólogos, estudantes de psicologia e demais profissionais interessados na temática de direitos humanos, contará com convidados nacionais e internacionais e a programação será divulgada em breve.

As inscrições poderão ser feitas a partir do dia 1º de setembro através do telefone 2139-5438, pelo site www.crpj.org.br ou na sede do próprio Conselho.

Organização: Comissão Regional de Direitos Humanos e COTEC / CRP-RJ

CRP-RJ discute repasse dos planos de saúde ligados à Unidas

Desde a administração da Comissão Gestora, que teve início em março de 2003, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) recebe freqüentemente reclamações sobre o valor das consultas repassado aos psicólogos pelos planos de saúde auto-gestionados ligados à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas). Para discutir e propor uma solução para o problema, o CRP-RJ tem se reunido com psicólogos clínicos e representantes dos planos de saúde.

A Unidas é uma organização dos planos de saúde auto-gestionados, ou seja, planos oferecidos por grandes empresas aos seus próprios funcionários. Fazem parte da Unidas os planos de saúde de Furnas, Banco Central, Petrobrás, Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES etc. Além do atendimento médico, esses planos de saúde oferecem também assistência psicológica, mas o repasse do valor das consultas não é reajustado desde 1997.

Apesar de cada plano de saúde filiado à Unidas ter a liberdade de estabelecer os valores de sua própria tabela, o valor médio da consulta repassado aos psicólogos é de aproximadamente R\$25,00, muito abaixo do valor de consulta proposto pela tabela de preços privados do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em conjunto com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), que está entre R\$56,00 e R\$90,00. Além da baixa remuneração, o CRP-RJ também tem recebido queixas sobre atraso de pagamentos.

Em abril de 2003, o CRP-RJ e o Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro (SindPsi-RJ) tentaram marcar uma reunião com a Unidas para discutir as queixas dos psicólogos, o que só foi atendido em outubro de 2003. Nesse encontro, a primeira oportunidade para conversar sobre o credenciamento de psicólogos nos planos de saúde,

os funcionários do CRP-RJ foram informados que os *gestores de tais planos* sentiam necessidade de fixar parâmetros que caracterizassem os atendimentos psicoterápicos, especialmente o tempo de duração de uma consulta psicológica e o período médio de um tratamento psicoterápico.

Em outubro de 2004, já conduzido pela XI Plenária, o CRP-RJ encaminhou aos 38 planos de saúde auto-gestionados, filiados à Unidas-RJ, ofício solicitando um relatório com nome e registro de todos os psicólogos credenciados. Solicitava também os valores praticados para o pagamento de honorários e os critérios para a concessão de credenciamento. Apenas 15 nos responderam, destes oito não ofereciam psicoterapia.

Alegando desconhecimento e dificuldades de agenda, a diretoria da Unidas continuou postergando a discussão objetiva de valores e índices de reajuste. Para o CRP-RJ e ao SindPsi-RJ, ficou claro que se impunha o estabelecimento de uma política de *inclusão e gestão dos serviços de psicoterapia* por parte dos planos de saúde. Somente no dia 16 de junho a Unidas entrou em contato com o CRP-RJ para marcar uma nova reunião.

Este ano aconteceram dois encontros. Recentemente foi colocado à disposição dos participantes um e-group (crprj_cotec@yahoogroups.com) para facilitar a comunicação.

O CRP-RJ pretende continuar realizando reuniões para discutir a questão do repasse dos planos de saúde ligados à Unidas. A pró-



xima está prevista para o dia 15 de julho, na sede da Unidas às 15h, com representantes do CRP-RJ e do Sindicato dos Psicólogos. Qualquer interessado pode participar. Mais informações e novos encontros serão divulgados no site do Conselho.

Debate no Dia da Luta pelo Enfrentamento Contra a Violência Sexual a Crianças e Adolescentes



Para marcar o dia 18 de maio como Dia da Luta pelo Enfrentamento Contra a Violência Sexual a Crianças e Adolescentes, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) organizou uma mesa redonda em sua sede. O debate, cujo tema foi violência sexual, direitos humanos e a perspectiva da psicologia, contou

com a participação dos psicólogos Carlos Eduardo Basília, do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS), Priscilla Bongarthner e Lindomar Expedito Silva, ambos da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de São Gonçalo, e Luiz Fernando Porto Brasil, do Núcleo de Atenção Especial à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

Durante o debate, Priscila lembrou que a maior parte dos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes ocorre dentro da família, o que dificulta a denúncia.

Segundo Basília, parte das crianças e adolescentes que se prostituem nas ruas tiveram algum problema em casa. “A família, não podemos esquecer, também é vítima da estrutura social em

que está inserida”, disse.

Para Lindomar, o psicólogo deve construir uma atuação transdisciplinar com a participação de assistentes sociais, pedagogos e outros profissionais.

Porto Brasil propôs a criação de uma ficha única para o cadastro das pessoas atingidas de abuso sexual.



CRP-RJ em Congresso da ULAPSI

Representantes do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) estiveram presentes no Congresso da União Latino Americana de Psicologia (ULAPSI), realizado em abril em São Paulo, no Memorial da América Latina e que envolveu, aproximadamente, 3 mil pessoas.

O CRP-RJ, através da conselheira Maria Beatriz Sá Leitão, participou, enquanto filiado e promotor do Congresso, da I Assembléia Geral Extraordinária da ULAPSI, presidida por Raul Rocha, coordenador geral da organização.

A ULAPSI foi fundada em novembro de 2002, tendo como proposta uma psicologia comprometida com a transformação das condições de vida da maioria da população dos países da América Latina e com a finalidade de superar as desigualdades sociais que caracterizam suas realidades.

As mesas de debate durante o Congresso abordaram temas como as políticas atuais no campo

da integração latino americana, memória política da América Latina e aspectos atuais relacionados à história recente e seus efeitos, especialmente as ditaduras.

As conselheiras Maria Beatriz Sá Leitão e Cecília Coimbra apresentaram o painel “A proposta política de gestão do CRP-RJ: psicologia e direitos humanos.” Cecília Coimbra participou ainda da mesa “Políticas Públicas e neoliberalismo: um paradoxo?”, em que falou da transformação do Estado mínimo social neoliberal em um Estado máximo e repressivo. Foi ressaltada a importância não só de ações reativas, mas também de posturas coletivas e participativas. A discussão ocorrida nessa mesa será publicada na Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

A Conselheira Ana Lúcia Furtado participou da mesa redonda “Ética e Psicologia”, apresentando o trabalho “Ética no CRP-RJ”, onde dis-

correu sobre os princípios norteadores da XI Plenária com destaque para o resgate da Comissão Regional de Direitos Humanos e a promoção de debates em torno da afirmação do Código de Ética Profissional do Psicólogo. As conselheiras Alessandra Daflon, Sílvia Helena Porto e Fabiana Valadares também apresentaram trabalhos. A mesa de encerramento sobre Direitos Humanos na América Latina teve a coordenação de Cecília Coimbra.

Ao longo do evento, foram realizadas diversas atividades artísticas que foram importantes para fomentar a integração latino-americana, objetivo do encontro.

O próximo Congresso da ULAPSI está previsto para 2006 no Chile, conforme acordado em reunião neste evento de 2005. Os organizadores divulgaram o site da ULAPSI (www.ulapsi.org) e ainda o site da biblioteca virtual sobre saúde (www.bvs_psi.org.br).

CRP-RJ deixa Conselho da Comunidade

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) deixou de ser membro do Conselho da Comunidade. Em carta dirigida ao atual presidente do Conselho, o juiz da Vara de Execuções Penais Carlos Augusto Borges, o CRP-RJ, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ) e o Viva Rio comunicaram sua saída no dia 31 de maio. Também assinaram a carta os psicólogos Ignácio Cano, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Patrícia Galvão Ferreira, da Associação pela Reforma Prisional (ARP), entre outros.

O Conselho da Comunidade vem passando por uma crise desde que a antiga diretoria eleita democraticamente foi dissolvida pelo juiz, atendendo a um pedido explícito de interferência da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária. Durante esse processo de dissolução, algumas entidades-membros foram excluídas dos quadros do Conselho. Essas entidades, juntamente com as que saíram recentemente do Con-

selho, fundaram o Fórum de Debates sobre o Sistema Prisional, que tentará dar continuidade à mobilização em favor da melhoria do campo penitenciário. O Fórum está aberto a pessoas e entidades interessadas.

A atual diretoria adotou uma nova postura. “O Conselho passou a ter um caráter meramente assistencialista”, disse Maria Beatriz Sá Leitão, conselheira coordenadora da Comissão Regional de Direitos Humanos e ex-representante do CRP-RJ no Conselho da Comunidade, junto com a conselheira Márcia Badaró.

Segundo Beatriz, as organizações de direitos humanos e as que trabalham com esse eixo, como o CRP-RJ, foram cerceadas em suas atividades, prejudicando o controle da sociedade sobre as ações governamentais no sistema prisional. “Apesar disso, é intenção do CRP-RJ, em outro momento, voltar a participar do Conselho da Comunidade, pela representação que este já teve, até recentemente, para o conjunto do sistema penitenciário”.



O papel social dos Conselhos

O Colegiado dos Conselhos Profissionais do Rio de Janeiro, conhecido como Conselhinho, organizou uma mesa redonda intitulada “O Papel Social dos Conselhos”, no auditório do Conselho Regional de Odontologia no dia 3 de junho. O evento contou com a presença de aproximadamente 45 pessoas.

A mesa foi composta por Cecília Coimbra, Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) e ex-presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Adilson Silva Ferreira, procurador do Conselho Federal de Economia, substituindo Sidney Paocolito da Rocha, presidente do mesmo Conselho, que não pôde comparecer. Estive-

ram presentes também Ruy Gallaud de Menezes, ex-presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e Maria Beatriz Sá Leitão, conselheira do CRP-RJ e sua representante junto ao Conselhinho. A secretaria da entidade está atualmente sediada no CRP-RJ.

O evento também contou com a participação de representantes do CRQ-03, CRFa-02, CREFITO-02, CRP-RJ, CRA, CRO-RJ, CRESS-RJ, CREA-RJ, SINSAFISPRO-RJ, CRBio-02, CRB-07, CONFEE, FENASERA, CRMV, CONRERP-RJ e COFECON. Após a apresentação dos três palestrantes, o plenário participou ativamente do debate com perguntas, afirmando a importância do Conselhinho e

a necessidade de fortalecê-lo.

Cecília Coimbra fez referência à história da criação do Conselho de Psicologia, em uma época de ditadura militar, fazendo uma análise crítica do corporativismo e do “poder de polícia” dos conselhos, insistindo na importância destes Conselhos se colocarem junto à sociedade para ampliar e transformar suas atuações, no sentido de ir além dos interesses relacionados estritamente aos profissionais.

A coordenação do evento lembrou a necessidade de outros encontros com o objetivo de fortalecer politicamente o Conselhinho, enquanto uma rede que pode se tornar expressiva no âmbito social.

CRP-RJ faz entrega de Prêmio Monográfico

No dia 8 de junho, o Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ) deu início à série de eventos “Encontros Transpsiculturais”, cujo objetivo é unir a arte à atividade profissional e acadêmica.

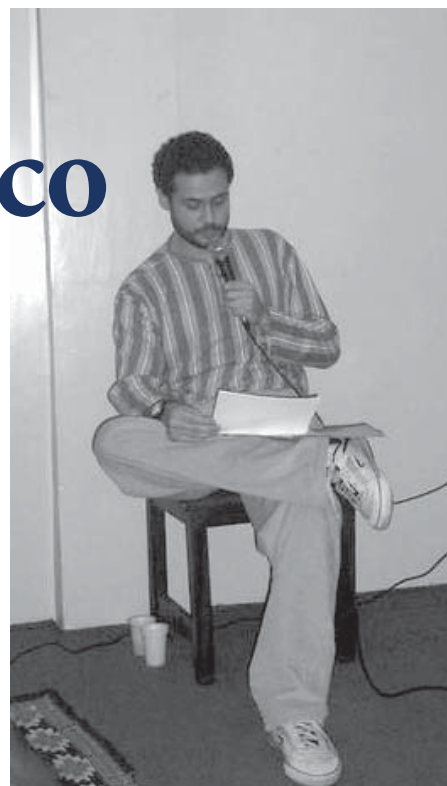
Nesta cerimônia, o Presidente do Conselho, José Novaes, fez a entrega do Prêmio Monográfico Dante Moreira Leite ao psicólogo Rodrigo Moraes, autor da monografia “O alarido das vidas marginais na obra de Chico Buarque”.

O trabalho de Rodrigo recebeu menção honrosa em premiação realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Em sua monografia, orientada na UFF pelo Professor José Novaes,

Rodrigo utilizou algumas músicas de Chico Buarque como um analisador dos processos de exclusão social no Brasil, como marginalidade, estigma e diferença.

Segundo ele, a música de Chico Buarque revela figuras como as prostitutas, os malandros, os operários, os vagabundos, transformando histórias banais em histórias potentes, preenchidas de desejo, lutas e paixões.

Após a entrega do prêmio, o auditório do CRP-RJ foi palco de um pequeno show com 18 canções da obra de Chico, interpretadas por Tereza Pineschi (voz), Daniel Ansor (voz e violão) e Pedro Lima (percussão).



Situação preocupante: vagas e concursos nas secretarias de Saúde

O Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ) expressa sua preocupação com a situação dos profissionais aprovados nos concursos da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ) de 2001 e da Secretaria Municipal de Saúde de 2004, que aguardam ser chamados para posse. Por outro lado, o crescente número de prestadores de serviço aponta para uma relação de trabalho instável e precária. O CRP-RJ entende que é necessário ampliar o número de vagas para suprir a crescente demanda, inclusive as vagas para psicólogos nas Secretarias, cuja importante participação ainda é diminuta.

O CRP-RJ tem tomado iniciativas a respeito desse assunto, em conjunto com outras categorias, inclusive através do Colegiado dos Conse-

lhos Profissionais do Rio de Janeiro. Foi entregue carta aos parlamentares na qual se exigia a convocação imediata dos aprovados em concursos, enviada por e-mail aos gabinetes dos deputados.

O CRP-RJ também participou de recente audiência pública sobre o assunto na Alerj e de uma reunião extraordinária da Comissão de Saúde. Nesta reunião, o deputado Paulo Pinheiro apresentou dados da Direção de Recursos Humanos da SES-RJ: o concurso SES de 2001 teve 36.424 candidatos aprovados. O edital previa um total de 5.974 vagas para todas as categorias, mas os demais aprovados poderiam ser chamados posteriormente na medida em que novas vagas fossem surgindo.

Até agora foram chamados aproximadamente 8.000 aprovados, restando cerca de 28.000 para preenchimento de mais 2.660 vagas. Paulo Pinheiro comunicou que as categorias convocadas para essa expansão de profissionais na Secretaria Estadual de Saúde não correspondem às necessidades atuais. Disse, ainda, que profissionais de saúde e associações vêm denunciando que pessoas têm sido coagidas em seus locais de trabalho a permanecer cooperativadas.

Há uma liminar concedida pela Justiça para que o Estado tenha 180 dias a partir de 21 de junho para regularizar a situação envolvendo cooperativas. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Estaduais aprovado pela Alerj, em 2002, não foi cumprido pela Governadora.

CRP-RJ realiza atividades

O Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ) organizou em sua sede uma mesa-redonda voltada para a reflexão sobre a Luta Antimanicomial. O evento ocorreu no dia 24 de maio no auditório do Conselho e teve como debatedores os representantes do Instituto Phillipe Pinel, do Instituto Franco Basaglia, da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ e do IPUB/UFRJ.

O conselheiro Nélío Zuccaro abriu a mesa e falou em nome do CRP-RJ que apóia esta luta. A grande questão levantada pela mesa foi a importância de se pensar em como acompanhar a volta à família de uma pessoa que vive há anos no ambiente manicomial. Não é uma tarefa fácil, pois o paciente cria laços afetivos e dependência com o Hospital Psiquiátrico e necessita de todos os cuidados e meios para deixar este lugar.

Paula Cerqueira foi a primeira debatedora e tratou da necessidade de uma rede de apoio sem a qual fica impossível qualquer iniciativa de desinstitucionalização. Esta rede consiste em serviços de atenção ao paciente e também de relações sociais, buscando, inclusive, o auxílio da comunidade.

Marta Zappa enfatizou a importância desta rede organizada e da formação do profissional. “Se não tiver uma rede, estas casas serão hospitais, por isso, a questão da formação do profissi-

onal é de importância vital”. Estas casas são chamadas de serviços residenciais terapêuticos onde vivem ex-internos de instituições psiquiátricas.

Para Neli de Almeida a questão de se pensar em moradia para esta clientela institucionalizada é o “coração” da reforma psiquiátrica. Neli afirma que não basta oferecer um lugar melhor ao paciente, mas dar-lhe força e autonomia para reescrever a sua história.

Cláudia Tallemberg contou um pouco de sua experiência no projeto de acompanhamento terapêutico realizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com o Ministério da Saúde. Segundo Cláudia, é necessária uma interseção entre os Direitos Humanos e a prática cotidiana do “morar” nesta casa. O profissional tem que estar bem capacitado para fazer valer os direitos do paciente e tornar a casa de atendimento



Exposição de quadros de usuários no Largo do Machado

terapêutico um lugar diferente dos manicômios. Cláudia chamou atenção para que os profissionais não caiam no que ela citou como “armadilha do cuidado técnico”, pois a condição do paciente é bastante singular na casa e há de se ter um cuidado especial.

Ao final das explicações, foi aberto espaço para discussão com perguntas da platéia. A psicóloga Margareth Paiva levantou a questão da participação dos conselhos profissionais na construção das políticas públicas de saúde e falou, ainda, sobre a precariedade do currículo das universidades em relação à saúde mental.

No dia 18 de maio, a Praça do Largo do Machado, no Rio de Janeiro, também foi palco das



Performance teatral de usuários de saúde mental no Centro Cultural d

comemorações da Luta Antimanicomial. O CRP-RJ e o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial promoveram uma grande festa, na praça, com tendas e oficinas.

A população que prestigiou o evento pôde conferir trabalhos dos usuários dos programas de saúde mental, que estavam em exposição.

Diversas instituições que trabalham com saúde mental participaram com o objetivo de refletir acerca da loucura e do cuidado em saúde



Palestra no CCBB



Performance no CCBB

pela Luta Antimanicomial



o Banco do Brasil (CCBB). No detalhe, um boneco feito pelos usuários

mental. Estas instituições são redes de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, e envolvem o acesso à educação, trabalho, moradia, lazer e cultura, como os hospitais-dia, os Centros de Ação Psicossocial (CAPS), leitos e ambulatorios em grandes hospitais, além de parcerias com rádios e TVs comunitárias.

A Rádio Bicuda, da Agência Radiofônica PontoComSaúde, animou a praça com o quadro “Artista por 1 minuto”. Os usuários de programas de saúde mental foram convidados a cantar na tenda da rádio.

Uma das tendas mais disputadas pelas crianças foi a do Comitê para a Democratização da Informática (CDI). O CDI é uma ONG cujo lema é “Inclusão Digital para Inclusão Social” e oferece um serviço de treinamento e capacitação dos usuários para que eles possam vir, posteriormente, a ministrar oficinas em escolas ensinando crianças a usar o computador.



Mesa-redonda no CRP-RJ (acima e abaixo)



Dentre as instituições que participaram deste evento estavam a TV Pínel, o Instituto Franco Basaglia, o Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro, o CAPS Rubens Correa, o CAPS Lima Barreto, o Núcleo de Educação e Comunicação da FACHA, o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira/RJ, a SOSINTRA (Sociedade de Serviços Gerais para Integração Social pelo Trabalho), entre outras.

Nos dias 18, 19 e 20 de maio, a Mostra Arte, Diversidade e Inclusão Social do Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB-RJ) realizou três palestras em que diversos profissionais da área de saúde mental trocaram experiências e apresentaram alternativas ao tratamento desumano praticado em hospitais psiquiátricos.

No dia 18 de maio, a coordenadora de projetos do Museu de Imagens do Inconsciente Gladys

Schincariol e o conselheiro do CRP-RJ Walter Mello Jr., abriram a série de palestras com uma exposição sobre a vida da Dra. Nise da Silveira.

Em seguida, no salão do CCBB-RJ, o Grupo de Ações Poéticas “O prazer é todo meu” do Espaço Aberto ao Tempo (EAT), serviço de atenção diária do Instituto Municipal Nise da Silveira do Rio de Janeiro, apresentou um espetáculo com técnicos e usuários. A performance teatral “A camisa de força: um espetáculo contra a arrogância dos normais” mostrou uma série de práticas opressoras presentes até hoje na sociedade, como a camisa de força de um hospital psiquiátrico.

O teatro como forma de inclusão social de usuários de saúde mental foi tema de palestras. No primeiro dia, estiveram presentes integrantes do Grupo Teatro Novo, do Espaço Artaud e do Centro de Assistência Psicossocial Lima Barreto do Rio de Janeiro. No segundo dia, participaram do debate representantes das Oficinas Terapêuticas da Lua, um serviço de saúde mental da Prefeitura de Ouro Preto (MG), e do Grupo de Teatro do Oprimido Pirei na Cena, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional do Hospital Psiquiátrico Jurujuba de Niterói (RJ).

(Colaborou nessa matéria a psicóloga Janaina Barros Fernandes)

Comissão de Saúde: uma nova frente de trabalho no CRP-RJ

A Comissão de Saúde do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) foi instituída durante a Reunião Plenária de abril com o objetivo de acompanhar questões ligadas à área de saúde. Em seu plano de trabalho, a Comissão irá dar prioridade às políticas públicas de Saúde, valorizando as garantias ao acesso gratuito, igualitário e universal ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os conselheiros Nélío Zuccaro, Ana Lúcia Furtado e Walter Melo Jr., junto com as psicólogas colaboradoras Margarete Ferreira e Patrícia Jacques, pretendem inicialmente articular-se com as demais Comissões do CRP-RJ e estabelecer parcerias com outros Conselhos e entidades profissionais afins. A primeira intervenção foi a retomada da participação do CRP-RJ no Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

Outro objetivo da Comissão de Saúde é acompanhar as políticas públicas de Saúde Mental, apoiando não só a implementação dos Centros de Assistência Psicossocial (CAPS), mas também todas as iniciativas que fortaleçam a Reforma

Psiquiátrica em curso no Brasil.

A Comissão de Saúde acompanhará de perto o cumprimento da legislação vigente em Saúde Mental no Rio de Janeiro, pois sabe que os gastos com internações psiquiátricas ainda permanecem muito altos. Pretende, sobretudo, reunir esforços que levem à extinção das queixas de maus tratos, privação de alimentos e falta de remédios, denunciando qualquer situação de desrespeito aos direitos humanos. Essas ações serão reforçadas através da divulgação de trabalhos de psicólogos que estejam construindo formas substitutivas ao paradigma psiquiátrico/biomédico para o tratamento do sofrimento psíquico.

As atividades de luta contra o Projeto de Lei 25/02, conhecido como projeto do Ato Médico, também fazem parte do plano de trabalho. “A luta contra esse projeto não é uma luta contra o trabalho dos médicos. Trata-se de uma luta para que todos os profissionais de saúde trabalhem de forma complementar e interdisciplinar, em serviços não hierarquizados, onde nenhuma atividade

profissional tenha a pretensão de se sobrepor à outra”, disse o coordenador da Comissão, Nélío Zuccaro.

A Comissão de Saúde vem acompanhando a crise da saúde do Rio de Janeiro, que tem ocupado as manchetes dos jornais nos últimos meses. “Todos sabemos que a crise do sistema é antiga, mas que foi bastante agravada nos últimos anos pela falta de profissionais de saúde, não convocação dos profissionais aprovados em concurso, precárias condições de trabalho, desabastecimento de insumos e medicamentos, emergências lotadas, ambulatorios com filas intermináveis, aparelhos quebrados, descaso e omissões”, afirmou Zuccaro.

O V Congresso Nacional de Psicologia, realizado em 2004, não deixa qualquer dúvida quanto à importância do eixo Saúde/Saúde Mental na implementação de ações dentro do Sistema Conselhos de Psicologia, de 2004 a 2007.

Contatos com a Comissão de Saúde podem ser feitos pelo e-mail comsaude@crprj.org.br.

CATE esclarece: prazo para concessão de título por experiência está expirado

A Comissão de Análise para Concessão do Registro do Título de Especialista (CATE) informa que o título de especialista pode ser solicitado de três maneiras: por experiência comprovada de cinco anos, por concurso de provas e títulos e por conclusão de curso credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Na primeira hipótese, há um prazo de 270 dias a partir da publicação das Resoluções do CFP que criam as especialidades e as datas limites para requerê-las já se expiraram, conforme o quadro ao lado.

As outras modalidades (concurso de provas e títulos e curso credenciado pelo CFP) só serão possíveis mediante as determinações e datas estabelecidas pelo CFP, cabendo aos Conselhos Regionais cumpri-las.

Para informações sobre o credenciamento dos cursos ou datas de cursos, acesse o site www.pol.org.br.

Em caso de dúvida, entre em contato com a CATE pelo telefone 2139-5427 ou através do e-mail especialista@crprj.org.br.

Concessão do Título por Experiência Comprovada	
Especialidade	Data limite
Psicologia Escolar/Educacional Psicologia Organizacional e do Trabalho Psicologia de Trânsito Psicologia Jurídica Psicologia do Esporte Psicologia Clínica Psicologia Hospitalar Psicopedagogia Psicomotricidade	08/11/2002
Psicologia Social	16/03/2004
Neuropsicologia	30/11/2004

CRP-RJ assina Acordo de Trabalho

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) assinou, em 16 de maio, o Acordo Coletivo de Trabalho de 2005 com o Sindicato dos Servidores das Autarquias de Fiscalização Profissional no Estado do Rio de Janeiro (SINSAFISPRO-RJ). A cerimônia foi realizada na sede do Conselho, na Tijuca. Estavam presentes o presidente da XI Plenária José Novaes e os conselheiros Ana Lúcia Furtado, Noeli Godoy e Luiz Fernando Monteiro, além do Presidente do SINSAFISPRO-RJ José Walter Alves Jr. e de Moisés Muniz, diretor do sindicato.

O CRP-RJ foi o primeiro conselho profissional a assinar o documento este ano. O acordo respeita a data base dos trabalhadores e visa dar melhores condições de trabalho para os servidores. Novaes estava confiante: “Passamos dois anos, de 2002 a 2003, por uma crise. É ótimo saber que, já no ano passado, a Comissão Gestora conseguiu levar a situação a um padrão satisfatório. E nós agora também”.

O Presidente do SINSAFISPRO-RJ elogiou a vontade política da atual Plenária que levou a negociação com transparência e cordialidade.



Trocando em Miúdos

O CRP-RJ começou a realizar no mês de maio uma série de eventos, denominada Trocando em Miúdos. Estes encontros, abertos à categoria, são realizados uma vez por mês na sede do Conselho, organizados pela Comissão Regional de Direitos Humanos.

O primeiro, que ocorreu no dia 13 de maio, intitulado “Trocando em Miúdos I: Pensando Direitos Humanos”, contou com

a participação da psicóloga Heliana Conde Rodrigues, da Uerj.

O segundo, “Trocando em Miúdos II” versou sobre Justiça e saúde mental, com Vilma Diuana de Castro (Comissão Regional de Direitos Humanos/ CRP-RJ), Edvaldo Nabuco (Núcleo Estadual do Movimento da Luta Antimanicomial/RJ), José Souza de Paula (Sociedade de Serviços Gerais para a

Integração Social pelo Trabalho), Ângela Conrado (Hospital Henrique Roxo) e Alan Teixeira Lima (Instituto Franco Basaglia).

As próximas atividades serão no auditório do CRP-RJ no dia 29 de julho às 18h (Trocando em Miúdos III: Pensando Juventude e Drogas: desconstruindo relações pré-estabelecidas) e no dia 26 de agosto às 18h (Trocando em Miúdos IV: Pensando Psicologia e Trabalho).

Agenda

Agosto

● I Encontro de Direito & Saúde Mental

Data: 25 de agosto de 2005

Local: Rio de Janeiro - RJ

Horário de atendimento 9h às 18h - Tel.: (21) 2587-7707

Informações: <http://www.cepuerj.uerj.br>

● II Congresso Internacional de Especialidades Pediátricas - Criança 2005

Data: 27 a 30 de agosto de 2005

Local: Curitiba - PR

Informações: <http://www.crianca2005.org.br>

● IV Congresso Mundial de Psicoterapia

Data: 27 a 30 de agosto de 2005

Local: Buenos Aires – Argentina

Informações: <http://www.4cmp.org.br>

Setembro

● V Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar

Data: 7 a 10 de setembro de 2005.

Local: Pestana São Paulo Hotel, São Paulo

Informações:

<http://www.sbph.org.br>

Outubro

● VI Fórum Brasileiro da Abordagem Centrada na Pessoa

Data: 9 a 16 de outubro de 2005

Local: Canela - RS

Site: <http://www.forumbrasileiroacp.com>

Telefone: (51) 30234118

● Reunião Lacanoamericana de Psicanálise de Florianópolis

Data: 12 a 15 de outubro de 2005

Local: Centro de Convenções “Centro Sul”, Florianópolis - SC

Informações:

<http://www.lacanofloripa.com.br>

● XXIII Congresso Brasileiro de Psiquiatria

Data: 12 a 15 de outubro de 2005

Local: Minascentro - Belo Horizonte

Informações: <http://www.abpbrasil.org.br/Congresso/default.asp>

Fique legal com a Psicologia

Para darmos continuidade à política de transparência no que se refere às condições financeiras desta gestão, iniciamos a partir desta edição o compromisso de, em todos os nossos jornais, realizarmos nossa prestação de contas.

Enfatizamos que, mesmo não nos afetando diretamente, acreditamos que a Lei de Responsabilidade Fiscal (dirigida à União, Estado e municípios) deve ser o norteador de nossas políticas financeiras, para que tenhamos uma gestão

clara e transparente do que é público, possibilitando um acompanhamento de nossas receitas e despesas pela categoria.

Esclarecemos, ainda, que o demonstrativo encontra-se também publicado em nossa página na internet (www.crprj.org.br) e que todos os documentos que originaram este demonstrativo estão disponíveis para consulta no Conselho.

Ressaltamos que nestes cinco primeiros meses de 2005 foram arrecadados 59% do que era

previsto pelo orçamento e realizados 33% das despesas fixadas pelo mesmo orçamento, gerando uma economia orçamentária de 67%.

Para que continuemos em perspectiva semelhante é necessário que os psicólogos, além de manterem suas anuidades em dia, mantenham sempre atualizados seus dados cadastrais.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Conselheiro-Tesoureiro - CRP05/26077

BALANÇO PATRIMONIAL						
ATIVO			PASSIVO			
Ativo Financeiro	3.095.495		Passivo Financeiro		61.121	
Disponível	20.775		Contas a Pagar		2.300	
Disponível Vinculado c/c Bancária	3.073.625		Consignações		6.863	
Realizável	982		Credores da Entidade		2.367	
Resultado Pendente	113		Entidades Públicas Credoras		49.591	
Ativo Permanente	2.125.799		Patrimônio (Ativo Real Líquido)		5.160.173	
Bens Patrimoniais	1.403.282					
Créditos	722.517					
TOTAL	5.221.294		TOTAL		5.221.294	

Demonstrativo da Receita e Despesa de 2005						
ELEMENTOS	REALIZADO EM (R\$)				TOTAL	Participação até Maio em (%)
	1º Trim/05	meses		TOTAL		
		abr/05	mai/05			
Receitas:						
Anuidades	2.108.831	710.467	58.322	2.877.620	78%	
Rendimentos Poupança	42.288	21.475	23.893	87.656	2%	
Novos Inscritos	50.371	12.133	9.923	72.427	2%	
Dívida Ativa	361.131	112.785	166.654	640.570	18%	
Total das Receitas	2.562.621	856.860	258.792	3.678.273	100%	
DESPESAS:						
Despesas de Custeio	627.882	270.089	219.885	1.117.056	54%	
Pessoal e Obrigações Patronais	275.061	95.352	114.087	484.500	24%	
Material de Consumo	15.868	5.490	1.832	23.190	1%	
Serviços de Terceiros e Encargos	316.408	153.106	98.521	568.035	28%	
demais Despesas	19.745	16.141	5.445	41.331	2%	
Transferências ao CPF	645.248	215.124	45.298	905.670	44%	
Investimentos	9.552	18.443	4.807	32.802	2%	
Bens Patrimoniais	9.552	18.443	4.807	32.802	2%	
Reserva de Contingências	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	
Total das Despesas	1.281.882	503.656	269.990	2.055.528	100%	
Resultado do Período	1.280.739	353.204	(11.198)	1.622.745	- 0 -	

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2005	
comentários	
1) Os valores estão expressos em reais (R\$);	
2) Foram arrecadados 59% das nossas Receitas Previstas e Realizadas 33% das nossas Despesas fixadas gerando uma economia orçamentária de 67%;	
3) Despesas de Custeio são: gastos para manutenção das atividades do Conselho, situando-se em 54% do total das Despesas realizadas;	
4) Foi acumulado no período resultado superavitário de R\$ 1.622.745 , representando 44% das nossas Receitas e 79% das Despesas deste Conselho;	
5) O recebimento do pagamento da Dívida Ativa (Anuidades de Exercícios Anteriores) representa 77% do valor previsto para o corrente Exercício;	
6) Os novos Inscritos até o mês totalizaram 575 inscritos, superando igual período do exercício anterior em 7,68%.	

José Novaes
Presidente
CRP-05/980

Pedro Paulo G. de Bicalho
Conselheiro Tesoureiro
CRP-05/26.077

Jeronimo S. de O. Gomes
Contador
CRC-RJ 022.101/O-1

Professores discutem novas diretrizes curriculares para cursos de Psicologia



A resolução do Ministério da Educação (MEC) que institui diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Psicologia (parecer nº 0062/2004 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação) tem repercutido entre professores universitários. Divulgada em abril de 2004, a resolução do MEC prevê que essas diretrizes devem ser implementadas até abril de 2006, mas muitos professores ainda têm dúvidas sobre como isso será feito. Para esclarecê-las, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP/RJ) tem promovido reuniões desde julho de 2004, que servem como espaço de interlocução entre as instituições de ensino de Psicologia no Estado.

Até agora foram realizadas 12 reuniões.

O encontro de 3 de junho contou com a presença de representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Centro Universitário Celso Lisboa, da Universidade Santa Úrsula, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Veiga de Almeida, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e das Faculdades Integradas Maria Thereza, além de conselheiro do CRP-RJ Pedro Paulo Bicalho. O grupo redigiu uma carta ao Conselho Nacional de Educação (CNE) solicitando esclarecimentos acerca das novas diretrizes curriculares.

Os participantes da reunião deixaram claro que o mais importante no processo de incorporação das diretrizes curriculares é a manutenção da autonomia universitária.

Mudanças na diretoria executiva do CRP-RJ

O quadro da diretoria executiva do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) sofreu algumas modificações em abril. O conselheiro Pedro Paulo Bicalho assumiu a função de tesoureiro, antes ocupada por Maria José Antunes Coimbra, e a conselheira Christina Orrico é agora a nova secretária no lugar de Ilka Costa Alves. Tornaram-se membros efetivos do CRP-RJ as psicólogas Ana Lucia de Lemos Furtado e Noeli de Almeida Godoy de Oliveira.

A Tesouraria e a Secretaria retomaram os trabalhos que já vinham sendo feitos pelos antigos conselheiros e implementaram novos projetos. Christina Orrico traçou um plano de ação para dar conta do grande número de pedidos de cancelamento de registros profissionais e para melhorar o atendimento aos psicólogos.

A nova secretária também irá criar uma cerimônia de entrega de registros em que conselheiros e funcionários técnicos explicarão aos novos profissionais os compromissos do psicólogo e os objetivos do CRP-RJ.

Pedro Paulo Bicalho garantirá que a Tesouraria continue atuando com responsabilidade e lisura com o dinheiro público. “O Conselho não está submetido diretamente à Lei de Responsabilidade Fiscal por ser uma autarquia, mas esse é um princípio norteador para nós”, explica.

O novo tesoureiro planeja realizar um planejamento estratégico com a participação de toda Plenária para traçar o orçamento do ano que vem.

Uma aproximação da Tesouraria com a Secretaria e demais comissões do CRP-RJ também é parte da estratégia política adotada pelos novos membros da diretoria executiva. Secretaria e Tesouraria trabalharão em conjunto, principalmente nos casos de cobrança de débitos antigos e de atrasos de pagamento.

Lilia Ferreira Lobo,

psicóloga e professora da UFF

Qual a sua opinião sobre o sistema educacional brasileiro hoje?

A precariedade do sistema educacional brasileiro é uma situação crônica. Ela se expressa não apenas na falta de investimento material, como de pessoal e intelectual. A questão não se soluciona apenas aumentando o número de unidades escolares, criando artifícios do tipo progressão continuada, em que o aluno não mais repete, mas acumula defasagens de aprendizagem; ou então arregimentando voluntários para trabalhos nas escolas públicas, que deveriam ser desenvolvidos por profissionais assalariados, ou antecipando para os seis anos de idade a entrada da criança na escola.

Por outro lado, o aumento dos anos de escolaridade, embora desejável, se não acompanhado por outras medidas pode significar mais tempo na escola para o “não aprender”. Engrossar estatísticas de crianças na escola não necessariamente diminuiria os índices tão nossos conhecidos de analfabetos funcionais no país, bem como das chamadas “classes de progressão”, um dos dispositivos perversos substitutos da inclusão/excludente das classes especiais.

Digo que se trata de um dos mecanismos porque existem outros que podem redundar, dada a precariedade de recursos, na exclusão invisível por abandono “assistido”: a inclusão das chamadas crianças “portadoras de necessidades educacionais especiais” (outro eufemismo) nas classes regulares, onde o excesso de crianças é um dos fatores do chamado “fracasso escolar” dos alunos ditos regulares. Se esta é a realidade da maioria de nossas escolas, o que estará sucedendo, então, àqueles considerados deficientes? Fica evi-

dente que a escola brasileira tem-se constituído numa das máquinas mais eficazes de exclusão social.

Que tipo de avanço houve nos últimos anos para diminuir a exclusão e a segregação social do sistema?

A inclusão de crianças chamadas de “portadoras de necessidades especiais” nas classes regulares trouxe à baila a discussão sobre as discriminações que estas pessoas e seus familiares sofrem no dia a dia. Hoje esta questão vem saindo da sombra da hipocrisia, se bem que ainda seja objeto dos corações bem intencionados da filantropia privada (e dos seus servidores voluntários), quase sempre subsidiada por parcas verbas públicas.

Por outro lado, implementar projetos de inclusão exige recursos técnicos, materiais e de formação especializada, aumento do número de professores em cada sala e a diminuição do número de alunos, medidas que beneficiariam todos os escolares e não apenas os considerados especiais. E, mesmo assim, não deveria funcionar como medida obrigatória para todos os graus de deficiências (algumas, enquanto não se inventarem outras formas de atendimento, necessitam de cuidados tão especiais que dificilmente a melhor e mais bem aparelhada escola regular poderia atender).

Em suma, seria preciso investir em todos os sentidos, o que, com raras exceções, não vem acontecendo. Se a escola peca por impor os mesmos ritmos e métodos a todas as crianças, o que se pode esperar do trabalho dirigido aos chamados alunos especiais? Cada tipo de deficiência



constitui modos muito diversos de estar no mundo que necessitam de estratégias pedagógicas bem diferentes. Isto é algo que não se improvisa, a não ser que se queira fazer dessas crianças cobaia para a “modernização conservadora”, característica de todas as reformas educacionais em nosso país.

O que você acha da política de quotas adotado pelos vestibulares de algumas universidades públicas, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)? Esse é uma medida adequada para diminuir a exclusão social atual?

Eu estaria efetivamente a favor da política de quotas nas universidades públicas se estivesse convencida de que esta seria uma medida provisória e a curto prazo, e não uma espécie de “prêmio de consolação” permanente. E aí não seria mais uma promessa a encher os corações da credulidade brasileira, mas sim que viesse após um esforço hercúleo na melhoria da escola pública, principalmente no nível fundamental e médio.

Certos movimentos de minorias, como o movimento negro, por exemplo, vêm festejando a política de reserva de vagas nas universidades pú-

blicas. Sem dúvida a polêmica que instaurou deu visibilidade ao doloroso problema do racismo no Brasil que desta vez saiu da penumbra. Este foi um ponto positivo. Mas, não sou otimista quanto aos resultados da política de quotas, principalmente quando o governo anuncia a “compra” de vagas pela isenção de impostos ao ensino privado. Por isso, temo que venha amortecer ainda mais a luta pelo ensino público de qualidade para toda a população, o que seria um grande passo no desmanche da espantosa desigualdade social a que está submetida a maioria de mestiços e negros.

Você poderia relatar algum caso particular de discriminação social dentro da escola?

Já ouvi inúmeros relatos de humilhação em público; de alegação de ausência de vagas em escolas particulares quando se trata de uma criança não branca; de pais em pesquisa recente sobre a escola pública reclamando que seus filhos são xingados pelos professores; além de situações que vivi ou observei no passado tanto como aluna, como professora e psicóloga. Mas, posso dizer que também vivi no cotidiano das escolas situações de grandeza humana, ética, implicação profissional e trabalhos da melhor qualidade.

Que tipo de iniciativa nós, enquanto sociedade civil, podemos tomar ?

Vamos por exclusão: jamais aceitar a convocação para o serviço voluntário nas escolas ou em qualquer órgão público ou de natureza filantrópica. Não se deixar iludir por propagandas ou por compensações de migalhas no presente que se tornarão permanentes no futuro se não houver uma grande recusa coletiva. Quem na verdade estará sendo compensado são as forças conservadoras que sempre usufruíram fartamente da desigualdade e da iniquidade das condições de vida da grande maioria da nossa população. Não há fórmulas. Há muito que ser inventado. ■

Dia da Educação Inclusiva: Direitos Humanos na escola



O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), através da Comissão Regional de Direitos Humanos, integrou no dia 14 de abril a campanha Dia da Educação Inclusiva – Direitos Humanos na Escola, organizada pelo Sistema Conselhos de Psicologia, abrangendo todo o país. Esta campanha conta com a participação de movimentos sociais e outras organizações.

A proposta política da educação inclusiva prega a obrigação da sociedade de buscar condições para que nenhuma criança venha a ser discriminada por sua singular condição física ou mental e excluída dos processos e dos estabelecimentos nos quais se celebram os processos coletivos de educação social.

Em geral, faltam recursos e condições para realizar projetos e ações que contemplem esta questão. Os recursos humanos da escola quase sempre estão despreparados para trabalhar com a noção de inclusão. Esse despreparo é engendrado no âmbito público, que não tem respondido como poderia pelas práticas inclusivas como obrigação constitucional. A criação de uma rede que possibilite uma educação inclusiva é função das políticas públicas, é direito do cidadão e dever do Estado.

O CRP-RJ realizou uma cerimônia para a entrega da primeira edição em braile do jornal do Conselho Federal de Psicologia (CFP) a um psi-

cólogo portador de deficiência visual (*foto*).

Essa edição foi distribuída pelo CFP a todos os regionais, sedes e subsedes, para que cada unidade contemplasse um psicólogo portador de deficiência visual com um exemplar. “Este evento é muito especial para mim. Fico feliz por receber uma publicação que eu possa ler”, afirmou Hélio Orrico, psicólogo escolhido pelo CRP-RJ para representar todos os portadores de deficiência visual do Estado. Orrico desenvolve em Duque de Caxias um serviço de assistência a esta população excluída da sociedade.

O conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes, se comprometeu em buscar meios de facilitar a vida do deficiente durante a gestão da XI Plenária. “A luta pela inclusão é algo que deve partir principalmente de políticas públicas, mas, cada um de nós deve se motivar e se mobilizar para isso, pressionando os poderes públicos para criar tais políticas”.

Em Brasília, o CFP entregou o seu jornal institucional em braile ao Ministro da Educação. Durante essa audiência, o CFP, em nome do Sistema Conselhos de Psicologia, criticou o atual modelo de educação inclusiva do país por meio de uma carta aberta, na qual também sugeriu algumas medidas a serem tomadas para reverter essa situação.

A PSICOLOGIA SOCIAL: mera “especialidade” a mais?¹

Heliana de Barros Conde Rodrigues*

Através da Resolução 005/2003 do CFP, a Psicologia Social foi incorporada ao rol de “áreas de conhecimento específico para a atuação do Psicólogo” passíveis de redundar na concessão de um registro de especialista. Embora já fizessem parte desse conjunto a Psicologia Escolar/Educacional, a Psicologia Organizacional e do Trabalho, a Psicologia do Trânsito, a Psicologia Jurídica, a Psicologia do Esporte, a Psicologia Hospitalar, a Psicologia Clínica, a Psicopedagogia e a Psicomotricidade - sem que tivessem ocorrido inquietações perceptíveis entre os psicólogos -, a inclusão da Psicologia Social produziu polêmica: pois não seria ela, justamente, aquele possível ponto de convergência de todas as nossas lutas contra o que existe sempre de *especializado* em nosso domínio de saber?

Robert Castel assim sintetizou essa especialização-primeira: “a psicologia psicologiza”. Os psicólogos sociais, contudo, se julgavam livres desse funesto destino, que situa em *cada um*, psiquismo-mônada recoberta de carcaça individualizante, a Verdade, a Responsabilidade, a Culpa - *morais* de Estado civil e/ou penal...de *cada um*!

Incluindo-me nas lutas mencionadas, também penso que nós, psicólogos sociais, temos procurado inventar coisa bastante diversa: a dimensão *social* do *subjeto*. Temos tentado, melhor dizendo, *imanentizar* o que fora separado em *social* e *subjeto*. Algo sabemos da dor e delícia dessa utopia ativamente exercida, seja como estudiosos, profissionais ou militantes. Também temos buscado, por sinal, immanentizar essas funções ditas “especializadas”. E é com base em tal percurso que apresento, a seguir, dois pontos de reflexão que, embora se afastem momentanea-

mente do “olho do furacão” - dizer SIM, ou NÃO, à Psicologia Social como especialidade -, pretendem que essa decisão política possa ser acompanhada de uma atitude crítica (talvez, mesmo, hipercrítica).

I

A Análise Institucional prefere os *efeitos* às *leis*: ao contrário das leis científicas, em que o *ver* faculta o *prever* - preceito sintetizado pela fórmula “assim tem sido, assim será” -, os efeitos estão ligados à preservação, deliberada ou involuntária, de determinadas condições de efetuação. Efeitos são contingências repetidas ou reforçadas, e não legalidades universais às quais estejamos, sem escapatória, sujeitos.

Dentre os efeitos batizados pelos analistas institucionais, cumpre destacar o *Efeito Weber*, assim caracterizado por René Lourau: “Quanto mais uma sociedade é racionalizada, mais se torna opaca para aqueles que a compõem, a tal ponto que o dito ‘selvagem’ sabe mais acerca de suas tecnologias e instituições do que nós, ditos ‘civilizados’, sobre as nossas”. Trata-se aqui, portanto, da ativa *institucionalização de um desconhecimento social*.

Porém...*todos* desconhecem? Não exatamente. Alguns (e somente alguns) devem conhecer (para dirigir, ou para fazer com que alguém dirija), apelando às ciências. A esse respeito, porém, Lourau define o *Efeito Lukács*: “À medida que progride, a ciência esquece progressivamente as bases materiais e sociais das quais emerge”; produz-se mais e mais “não-saber pela codificação particular de alguma disciplina, pela alocação num sistema, pelo recorte de um ‘campo’ e rejeição de tudo o que existe antes e em torno desse campo”. O *Efeito Lukács* sugere que o conhecimento dos processos sociais pelos quais a ciên-



cia se torna possível costuma escapar à própria ciência, pois ela se torna cada vez mais opaca à medida que se “aperfeiçoam” seus instrumentos, à medida que embarca em uma...“especialização”.

Como dissemos, no entanto, efeitos não são leis imutáveis. Ao final dos anos 1970, muitos psicólogos brasileiros puderam, à custa de um trabalho de *análise de implicações* (procedimento que a especialização repudia), perceber-se como “guardiães da ordem” - para usar o preciso título do livro de Cecília Coimbra. Disseram-se então “psicólogos sociais de um novo tipo”: não mais especializados (embora pudessem “saber” muito), não mais eleitos da academia (apesar de nela poderem estar), não mais cientistas de laboratórios experimentais (estes, sim, abandonados em função de seu acrítico artificialismo).

Entre as tantas coisas que fizeram, criaram a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). E parece bastante apropriado, neste momento, citar um fragmento da carta da ABRAPSO, em resposta à consulta encaminhada pelo CFP à entidade, acerca da criação da especialidade em Psicologia Social:

A proposta de uma Especialidade em Psicologia Social não é coerente com a finalidade e a composição desta Associação, e, ainda, vem de encontro aos auspícios da luta pela compreensão de que toda a Psicologia é social, pois “Esta afirmação não significa reduzir as áreas específicas da Psicologia à Psicologia social, mas sim cada uma assumir dentro de sua especialidade a natureza histórico-social do ser humano.” (Lane, Sílvia, T.M. A Psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: Lane, Sílvia.T.M. e Codo, W.(org.) *Psicologia social: o homem em movimento*).

A posição desta direção é de não legitimar uma ação que venha depor ao contrário desta luta e, também, não contribuir para a formação de uma especialidade em Psicologia Social, correndo o risco de delimitar o compromisso ético-sócio-político que se quer para a prática de qualquer profissional em Psicologia como um fazer técnico somente dos profissionais especialistas nesta área.

II

Novamente apoiada na Análise Institucional, trago à cena a distinção entre *campo de intervenção* e *campo de análise*. Ao combater os efeitos de desconhecimento (Weber e Lukács), nós, psicólogos sociais, chegamos a explicitar - e o quanto isso foi árduo, pois nos acusavam de fazer política, não psicologia - que nossos *campos de intervenção* reconhecidos, habituais (Escolar, do Trabalho, Jurídico, Clínico etc.), se haviam configurado quando, em face de alguma “sacudida” histórico-social (chamemo-la desterritorialização, presença de movimentos insólitos, ruptura etc.), ofertáramos uma resposta técnica (reterritorialização, harmonização funcional, captura) que, a partir de então, se fixara como “ação a encomendar”: se algo não funcionava a contento (mas...de quem?), chame o psicólogo para que tudo volte a andar ordeiramente nas escolas, nas fábricas, nos presídios, nas famílias,...nas cabeças e nas bocas, em suma.

Frente a tal panorama, a Análise Institucional faculta pensar que se quase invariavelmente nos encomendam algo a partir de nossa genealogia, digamos, de *psicotiras*, nada nos obriga - a não ser alguma adesão a mandatos institucionais não analisados (porém nunca impossíveis de analisar) - a “colar” nosso *campo de análise* ao *campo de intervenção* pré-definido por tal encomenda, historicamente forjada. É o que diz a carta da ABRAPSO. Ou mesmo, sendo tolerante, era o que diziam, de certa maneira, as nove primeiras especialidades reconhecidas, todas elas *campos de intervenção* e, conseqüentemente, ainda capazes de acolher, na qualidade de *campos de análise*, dimensões analíticas “descoladas” de *especialismos-desconhecimento*.

Cumpramos reafirmar, portanto, que a Psicologia Social não consiste naquele *campo de intervenção* que deveria substituir todos os outros por ser o único puro, bom ou belo, mas o *campo de análise* a ser permanentemente reinventado, em todas as nossas práticas profissionais e acadêmicas, no intuito de impedir a “colagem” entre o que temos feito (*campo de intervenção*) e o *como*, historicamente, o temos feito. Será preciso lembrar como, hegemonicamente, o temos feito? Invalidando os pobres, dizendo desestruturadas ou insuficientemente boas as suas famílias, atribuindo carências a culturas não-hegemônicas, incapacitando pessoas para a vida civil, prognosticando periculosidades a partir de virtualidades biográficas de tipo racista etc. etc...

Para concluir, imagino um diálogo com um interlocutor imaginário. Diz ele: “Você acha realmente que essas resoluções oficiais têm tanta importância?”. Respondo, ao mesmo tempo, não e sim - o que de modo algum implica qualquer álbi de neutralidade.

NÃO, se pensarmos que, ditos ou não *sociais*, aqueles psicólogos que “metem o social em tudo” prosseguirão, alegremente contra-especialistas e indisciplinados, a pensar-praticar uma genealogia de nosso presente: tentarão assim

aprender, junto às pessoas interessadas em uma série variada de problemas, os limites que as transformações e/ou cristalizações históricas nos têm imposto, a fim de engendrar, ao lado dessas mesmas pessoas, possibilidades de transgredi-los.

Em termos mais nítidos, continuarão a rejeitar a definição, esta sim “especializada”, da Psicologia Social como aquela disciplina (tão disciplinada!!) que estuda o comportamento do indivíduo quando influenciado por outrem - afirmação que carrega, e eu nem diria que somente nas entrelinhas, o pressuposto de uma Psicologia universal, abstrata e triste, a reafirmar “o não influenciado por outrem”, idéia platônica da nossa caverna privatizada/privatizante e, por princípio, sempre-já-especializada-e-competente.

Mas eu responderia também SIM, ressaltando a importância do presente debate. Concordando com Baremlitt, julgo que no mundo há mais respostas que perguntas e que uma das principais estratégias de controle sociopolítico consiste em reduzir, a um campo delimitado, as perguntas, ou seja, o registro do visível e do enunciável (e, a partir de então, *consumível*).

Neste sentido, em nada é inócuo o registro, como simples especialidade, da Psicologia Social: tal registro a desloca do plano da produção de uma multiplicidade de ações analítico-críticas para o de um produto a ser meramente consumido nos mercados profissionais e acadêmicos do mundo contemporâneo, constituindo, conseqüentemente, um novo fator de desconhecimento histórico-social.

¹ Síntese da participação na mesa redonda “A psicologia social como especialidade”, III Encontro da Abrapso-Rio, novembro de 2004. A versão integral será publicada em Psicologia e Sociedade, vol.17, nº 1, 2005.

* Psicóloga; doutora em Psicologia pela USP; professora do Instituto de Psicologia da UERJ; coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica.

Regulamentação da Psicologia no Brasil faz 43 anos em agosto



Prestes a completar 43 anos como profissão regulamentada, a Psicologia já estava presente em diversos discursos científicos desde o final do século XIX. Alguns profissionais contribuíram decisivamente para a consolidação da Psicologia como ciência autônoma no país. Até o dia 27 de agosto de 1962, portanto, um caminho longo foi percorrido por esses pioneiros.

No Brasil, a Psicologia surge durante o final do século XIX e início do século XX. Em 1900, surge o primeiro trabalho de Psicologia experimental no Brasil, elaborado pelo médico Henrique Roxo, cujo título era “Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados”. Somente a partir dos anos 40 aparecem os primeiros discursos autônomos na Psicologia.

Um dos profissionais que se destacaram durante o desenvolvimento da Psicologia no Brasil foi o médico polonês Wacław Radecki. Na década de 1920, Radecki dirigiu uma equipe de pesquisadores brasileiros no Laboratório de Psicologia, no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, onde hoje se encontra o Instituto Municipal Nise Da Silveira. Lá Radecki criou em 1924 o primeiro curso de Psicologia do Brasil, que formou os chamados psicologistas ou psicotécnicos.

Outra referência importante desse período é o psiquiatra espanhol Emilio Mira y López. Através de seu trabalho no Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), criado por ele em

1947, López incentivou a autonomização da Psicologia brasileira ao criar a primeira proposta para regulamentação da profissão do psicólogo.

Destacam-se também Nilton Campos, Antônio Gomes Penna, Jayme Grabois e Eliezer Schneider, todos professores da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graças ao trabalho desses profissionais e de outros pioneiros, a psicologia é hoje uma profissão regulamentada no Brasil.

As origens da Psicologia no mundo

A tentativa de compreender o ser humano existe há milhares de anos, mas a Psicologia como saber, dissociada da filosofia e da religião, só se consolidou na Europa durante o século XIX.

De acordo com a tradição historiográfica, o médico Wilhelm Wundt foi o responsável pela construção da Psicologia como disciplina distinta, criando em 1879 o primeiro laboratório de psicologia experimental em Leipzig, Alemanha. O laboratório tornou-se um centro de investigação, onde Wundt passou a estudar a consciência através do método da introspecção.

Ainda no século XIX, as idéias psicológicas se

expandem para os demais países da Europa e para os Estados Unidos. Durante essa expansão, desenvolvem-se os diferentes sistemas em psicologia, como o estruturalismo e o funcionalismo.

No século XX, consolidam-se os dois grandes pilares da psicologia: o behaviorismo e a gestalt. Os behavioristas focam no estudo do comportamento e não nos elementos mentais ou experiências conscientes de qualquer espécie. Os gestaltistas acreditam na construção das percepções a partir do todo, da estrutura, da forma, e não a partir de sensações elementares.

Ainda neste século, a psicologia aproxima-se das

teorias psicanalíticas. Apesar de serem campos de conhecimento distintos, são comumente confundidos. Os psicanalistas buscam um significado das manifestações psicológicas, o que só poderia ser encontrado por meio da análise do inconsciente.

Hoje, essas escolas estão ainda bastante presentes como linha de orientação de estudos, mas a partir dos anos 1990, os psicólogos têm deixado de se definir conforme a escola que seguem e passaram a dar mais ênfase ao seu tipo de atuação, como psicologia do esporte, psicologia hospitalar etc.

☐ MUDOU-SE
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
PORTEIRO OU SÍNDICO
☐ FALECIDO
☐ AUSENTE
☐ NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ____/____/____

EM ____/____/____
CARTEIRO



Impresso
Especial
050200039-2/2001-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO
---CORREIOS---

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280